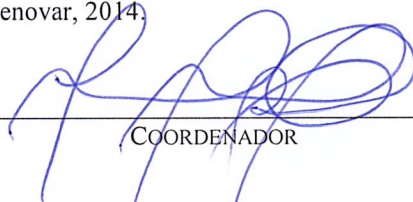



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CIVIL: SUCESSÕES		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS TEÓRICA: 60 HORAS PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
O futuro bacharel deverá ser capaz de analisar a evolução do conceito do Direito das Sucessões sob uma perspectiva histórica e constitucional e verificar a consequências neste campo do Direito Civil das transformações ocorridas no Direito de Família, de maneira que possa efetivar tal conhecimento no exercício de suas atividades profissionais futuras.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Conceito e fundamento do direito das sucessões. Espécies. Transmissão da herança; tempo e lugar da abertura da sucessão. A herança: natureza jurídica. O espólio. Do inventariante. Aceitação e recusa da herança. Responsabilidade dos herdeiros. A capacidade para suceder: vocação hereditária. Herança jacente. A vacância. A petição de herança. A sucessão legítima: da ordem de vocação hereditária. Modos de suceder: <i>sucessionis</i> , <i>ius representationis</i> e <i>ius transmissionis</i> ; modos de partilhar: sucessão por cabeça, por estirpe e <i>in lineas</i> . Classes sucessórias: sucessão na linha reta e do cônjuge supérstite. Sucessão na união estável. Sucessão na linha colateral. O direito real de habitação. Sucessão testamentária: conceito, natureza e espécies. Capacidade testamentária. Da liberdade de testar: herdeiros necessários e não legitimados. Ineficácia e revogação dos atos de última vontade. Do testamenteiro. Legados: conceito, espécies e caducidade. Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Redução das disposições testamentárias. Deserdação. Substituições: vulgar e fideicomissária. Das colações. Inventário e partilha. Inventário: natureza e espécies. O inventário extrajudicial. Da partilha. Bens sonegados. Do pagamento das dívidas do espólio. Da garantia dos quinhões hereditários. Da nulidade da partilha.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Sucessões. 4.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. v.7. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. TARTUCE, Flávio .Direito Civil: Direito das sucessões - Vol. 6 - 10 ed. rev. , atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Complementar: PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. v.6. 24. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Grupo GEN/Forense, 2017. PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional. 3.ed. São Paulo:Renovar, 2007. RODRIGUES, Silvio. Direito civil. v.7 26 .ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2004. TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; BODIN, Maria Celina. Código civil interpretado. v.4. 1 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.		

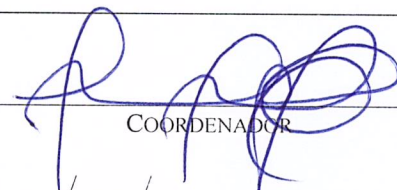


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____




 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
PROCESSO PENAL II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 0	PRÁTICA: 0
		ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Analisar o procedimento comum, abordando suas características e aplicabilidade. Apresentar a <i>emendatio</i> e a <i>mutatio libelli</i>, e sua aplicabilidade no processo penal. Estudar a teoria geral das nulidades. Analisar os vícios processuais. Estudar as provas no Processo Penal, suas características, princípios, espécies, segundo a doutrina. Analisar a teoria geral das prisões cautelares. Estudar a prisão temporária, fornecendo sua aplicabilidade e a visão constitucional da mesma. Abordar a prisão em flagrante, suas espécies, segundo a doutrina, sua aplicabilidade e seus pressupostos processuais. Analisar a prisão preventiva, suas características, aplicabilidade. Abordar a prisão decorrente de pronúncia e a sentença condenatória recorrível: características e aplicabilidade na atualidade processual. Analisar a execução penal e sua aplicabilidade na realidade brasileira.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Procedimento comum. Da <i>emendatio</i> e da <i>mutatio libelli</i>. Teoria geral das nulidades. Dos vícios processuais. Provas no Processo Penal. Teoria Geral das prisões cautelares. Da prisão temporária. Da prisão em flagrante delito. Da Prisão preventiva. Da prisão decorrente de pronúncia e sentença condenatória recorrível. Execução Penal. Aplicação.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. AURY Lopes JR. Direito Processual Penal. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>Complementar: CAPEZ, FERNANDO. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2017. CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011. BONFIM, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p>		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

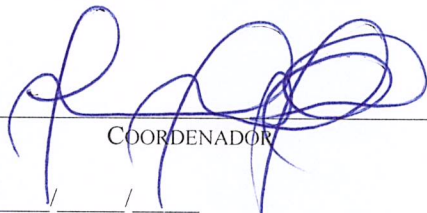


UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO FINANCEIRO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: MDI		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Esta disciplina tem por objetivo ensinar a formação e aplicação jurídica da legislação de Direito Financeiro e conhecimento das receitas e despesas públicas, lei orçamentária, fiscalização e responsabilidade pelo descumprimento da normativa orçamentária com vistas ao embasamento final do conhecimento do Direito Público.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Direito Financeiro. Conceitos básicos e princípios. Despesas públicas. Ingressos públicos. Leis Orçamentárias. Planejamento financeiro do Estado. Fiscalização do Estado em matéria financeira: o papel dos Tribunais de Contas. O Judiciário e o MP e sua forma de controle. Lei de Responsabilidade Fiscal.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA:		
HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 26 eed. São Paulo: GEN/Atlas, 2017. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. CARNEIRO, Claudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.		
COMPLEMENTAR:		
GODOI, Marciano Seabra de. Crítica à jurisprudência atual do STF em matéria tributária. São Paulo: Dialética, 2012. REZENDE, Fernando. A reforma tributária e a federação. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 1.ed. 2009. TORRES, Ricardo Lobo. O direito ao mínimo existencial. 2.ed Rio de Janeiro: Renovar, 2011.		



COORDENADOR

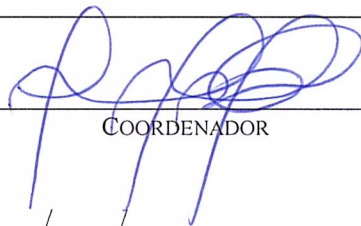
DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H TEÓRICA: 60H PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Ministrar aos alunos de graduação conhecimentos básicos e atuais sobre a questão ambiental, apresentando à luz dos direitos humanos, as noções fundamentais do Direito Ambiental. Tem ainda como objetivo a análise do Direito Positivo estabelecendo, sempre que possível, a interligação entre a teoria e a prática e a prática. A disciplina é ministrada buscando oferecer sólida formação teórica, procurando conscientizar os futuros profissionais do Direito sobre o papel que desempenham frente às demandas da sociedade.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Introdução: art. 225 da constituição de 1988. Conceito de meio ambiente e seus aspectos. Principais instrumentos de proteção internacional. Princípios de direito ambiental. Direito ambiental constitucional. Política nacional de meio ambiente. Aspectos socioeconômicos e históricos do desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável. Espaços territoriais especialmente protegidos. Poder de polícia e direito ambiental. Recursos hídricos. Recursos florestais. Mineração. Estudo prévio de impacto ambiental e licenciamento. Biossegurança. Modificação dos genes pelo homem e meio ambiente. Patrimônio cultural. Responsabilidade por dano ambiental. Meios jurídicos de proteção ambiental.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: ANTUNES, Paulo de Bessa. <i>Direito Ambiental</i> - 19ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. <i>Curso de Direito Ambiental Brasileiro</i> - 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MACHADO, Paulo Affonso Leme. <i>Direito ambiental brasileiro</i>. 25ª edição. São Paulo: Malheiros, 2017.</p> <p>Complementar: MILARÉ, Édis. <i>Direito do Ambiente</i> - 10ª Ed. São Paulo: RT, 2015. RODRIGUES, Marcelo Abelha. <i>Direito Ambiental Esquematizado</i>. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SARLET, Ingo Wolfgang. <i>Direito constitucional ambiental</i>. 5ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. SIRVINSKAS, Luis Paulo. <i>Manual de Direito Ambiental</i>. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>		



COORDENADOR

DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS	TEÓRICA:	PRÁTICA: ESTÁGIO: X
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Oferecer estágio curricular aos alunos entre o 8º período do curso de Direito, bem como propiciar assistência jurídica consultiva às pessoas hipossuficientes, sob o aspecto socioeconômico, do município de Macaé, com foco na área cível, especificamente, direito de família e sucessões.</p> <p>O estudo do Direito de Família e Sucessões será pautado: (i) na elaboração de trabalhos simulados orientados de prática jurídica civil (Família e Sucessões); (ii) na elaboração de peças práticas profissionais na esfera recursal cível (Família e Sucessões); (iii) no estudo prático da jurisprudência e do direito sumular cível □ STF, STJ e TJ/RJ; (iv) na simulação de audiência/sessão de julgamento, onde o aluno possa exercer as funções dos operadores jurídicos no âmbito do Direito de Família e Sucessões; e (v) no agendamento, acompanhamento e relatório de visitas na Justiça Comum Estadual de 1º Grau, além de outros órgãos judiciais.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Prática de Direito Penal. Atuação profissional na área criminal. Código de Ética. Estatuto do advogado (Lei nº 8.906/94). O júri: preparação; acusação; defesa; o plenário; simulação. Casos práticos. Procedimentos criminais: acusação; defesa; simulação; rol de testemunhas; casos práticos. Instrução criminal: provas em espécie. Prova médico-legal. O acusado na delegacia de polícia. Recursos criminais: casos práticos. Habeas corpus: impetração; procedimento, casos práticos. Mandado de segurança na esfera criminal: casos práticos. Execução penal: benefícios; documentação; procedimentos, casos práticos.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica:</p> <p>EBERHARDT, Marcos; SILVA, Davi André Costa; GIULIANI, Ricardo Henrique A. Manual de Prática Penal – Teoria e Prática. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Verbo Jurídico, 2017 ISBN: 9788576995357</p> <p>KNIPPEL, Edson Luz. Prática Penal. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Método, 2017.</p> <p>MACHADO, Ângela C. Cangiano. Prática Penal – Prática Forense. Volume 6, 13ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.</p> <p>Complementar:</p> <p>BARROS, Francisco Dirceu. Manual do Júri – Teoria e Prática. 3ª Edição. São Paulo: Editora J. H. Mizuno, 2017.</p> <p>MASSON, Cleber; VILHENA JÚNIOR, Ernani de Menezes. Prática Penal – Ministério Público. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier e Método, 2017.</p> <p>SUMARIVA, Paulo Henrique de Godoy. Criminologia – Teoria e Prática. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2017.</p>		

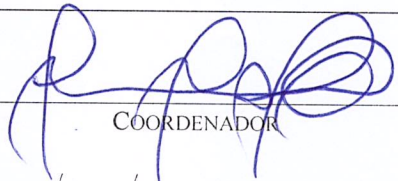
COORDENADOR

CHEFE DE DEPARTAMENTO


DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
RECURSOS CÍVEIS		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 TEÓRICA: 60 PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Introduzir o conhecimento acerca da rotina dos tribunais, seja em fase recursal ou nas questões de competência originária dos tribunais, a partir dos preceitos teóricos e percepção do processo alinhado com a dinâmica contemporânea das importantes reformas processuais que visam à celeridade e uniformização de entendimento dos Tribunais.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais: disposições gerais. Ordem dos processos no Tribunal. Teoria Geral dos Recursos Cíveis: pressupostos recursais; admissibilidade e mérito recursais. Recursos em Espécie: Apelação; Agravo de instrumento; Agravo interno; Agravo em recurso especial e extraordinário; Embargos de declaração; Recurso ordinário; Recurso especial e extraordinário. Recursos repetitivos e Repercussão Geral. Processo nos Tribunais: Incidente de arguição de inconstitucionalidade; Conflito de competência; Reclamação; Incidente de assunção de competência; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Ação rescisória e anulatória.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: THEODORO JÚNIOR, Humberto. <i>Curso de Direito Processual Civil</i> – vol. III. 50. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. <i>Direito Processual Civil Contemporâneo</i> , vol. 2, 4ª. ed., Saraiva: Rio de Janeiro, Saraiva, 2017. DIDIER JR., Fredie / CUNHA, Leonardo José Carneiro da. <i>Curso de Direito Processual Civil - Reescrito com Base no Novo CPC</i> - Vol. 3 - 13ª Ed. 2016. Complementar: MARINONI, Luiz Guilherme. <i>A Ética dos Precedentes - Justificativa do Novo CPC</i> - 2ª Ed. Revista Dos Tribunais, 2016. CARVALHO FILHO, José Dos Santos. <i>Repercussão Geral - Balanço e Perspectivas</i> - Col. Monografias. Almedina, 2015. MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. <i>Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas</i> . Forense, 2017. RODRIGUES, Marco Antônio. <i>Manual Dos Recursos - Ação Rescisória e Reclamação</i> . Atlas, 2017.		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____

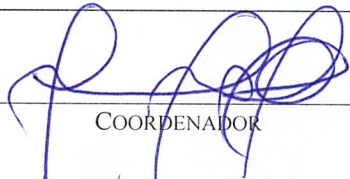


 CHEFE DE DEPTO/COORDENADOR
 DATA ____/____/____


9º Período = 300 CH

Laboratório de Prática Cível (2) ✓
Estágio Curricular Supervisionado III (4) ✓
Processo Constitucional (2) ✓
Direito Tributário (4) ✓
Trabalho de Conclusão do Curso I (2) ✓
Execução Cível e Cumprimento de Sentença (4) ✓
Processo Penal III (2) ✓

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
LABORATÓRIO DE PRÁTICA CÍVEL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS TEÓRICA: PRÁTICA: X ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Promover a discussão de jurisprudências e casos simulados na área cível, visando a elaboração de petições iniciais, contestações, réplicas, e recursos cíveis.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Petição Inicial: requisitos; pressupostos processuais; fatos; fundamentos da pretensão; e pedidos. Contestação. Réplica. Ação de Indenização. Ação de Execução de obrigação. Ação de Dissolução de Sociedade. Ação de Consignação em Pagamento. Ação de Cobrança. Ação Monitoria. Ação de Execução. Ações Possessórias (manutenção de posse, reintegração de posse e interdito proibitório). Ação de Usucapião. Ação de Nunciação de Obra Nova. Recursos: Apelação; Recurso Inominado; Agravo de Instrumento; Embargos de Declaração; Recurso Especial; Recurso Extraordinário.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. HARTMANN, Rodolfo Kronenberg; HARTMANN, Guilherme Kronenberg. Petições & Prática Cível. Rio de Janeiro: Impetus, 2017. PARIZATTO, João Roberto. Prática Forense. 2 Volumes, 15ª edição. São Paulo: Edipa, 2017. Complementar: PARIZATTO, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível. 3ª edição. São Paulo: Edipa, 2017. ROCHA, Marcelo Hugo da; MAGALHÃES, Giovani. Prática Empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. TERRA NETO, Arnaldo. Contratos e Outros Instrumentos – Novo CPC. São Paulo: Cronus, 2015.		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – **ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE**

CONTEÚDO DE ESTUDOS

DIREITO

NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III		

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS TEÓRICA: PRÁTICA: ESTÁGIO: X

DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X) OPTATIVA () AC ()

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:

Oferecer estágio curricular aos alunos entre o 9º período do curso de Direito, bem como propiciar assistência jurídica consultiva às pessoas hipossuficientes, sob o aspecto socioeconômico, do município de Macaé, com foco na área trabalhista. O estudo do Direito do Trabalho será pautado: (i) na elaboração de trabalhos simulados orientados de prática jurídica trabalhista; (ii) na elaboração de peças práticas profissionais na esfera trabalhista; (iii) no estudo prático da jurisprudência e do direito sumular - STF, TST e TRT; (iv) na simulação de audiência, onde o aluno possa exercitar as funções dos operadores jurídicos no âmbito do Direito do Trabalho; e (v) no agendamento, acompanhamento e relatório de visitas na Justiça do Trabalho, além de outros órgãos judiciais.

DESCRIÇÃO DA EMENTA:

Prática do Direito do Trabalho. Atuação profissional na área trabalhista. Código de Ética. Estatuto do advogado (Lei nº 8906/94). Dissídio individual. Competência da justiça do trabalho. Acordo trabalhista. Direitos decorrentes do contrato individual do trabalho. Casos práticos. Reclamação trabalhista: preparação; defesa; simulação; casos práticos.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

PEREIRA, Leone. Prática Trabalhista. Coleção Prática Forense. 7º Volume, 6ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CISNEIROS, Gustavo. Manual de Audiência e Prática Trabalhista. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Método, 2017.

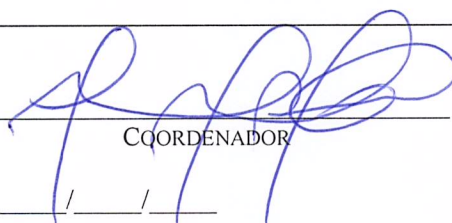
OLIVEIRA, Cíntia Machado de; HAINZENREDER JÚNIOR, Eugênio; SAMUEL, Gimena. Manual de Prática Trabalhista. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Verbo Jurídico, 2017.

Complementar:

SCALÉRCIO, Marcos. Prática de Audiência Trabalhista conforme o Novo CPC. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTR, 2017.

STUCHI, Victor. Prática Trabalhista. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Método, 2017.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. Manual das Relações Trabalhistas. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTR, 2017.



COORDENADOR

DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (x) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
PROCESSO CONSTITUCIONAL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (x)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Conhecer a jurisdição constitucional brasileira. Descrever o bloco de constitucionalidade nas perspectivas reducionista e ampliativa. Descrever o histórico caso Marbury v. Madison. Identificar as espécies de inconstitucionalidade. Analisar os instrumentos e institutos relacionados aos controles preventivo e repressivo de constitucionalidade.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Noções preliminares do Controle de Constitucionalidade. Histórico. Espécies de inconstitucionalidade. Controle Preventivo de Constitucionalidade: Legislativo, Executivo e Judiciário. Controle Repressivo de Constitucionalidade: Legislativo, Executivo e Judiciário (Controle Difuso e Controle Concentrado). Ação Direta de Inconstitucionalidade (genérica). Representação Interventiva. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão x Mandado de Injunção. Súmulas Vinculantes. Reclamação.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 7ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2016. MEDINA, Paulo Roberto de Gouveia. Direito Processual Constitucional. 5ª Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2012. MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional. 6ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2014. Complementar: LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 21ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2017. BINEMBOJM, Gustavo. A nova jurisdição constitucional brasileira: legitimidade democrática e instrumentos de realização. 4ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2014. BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.		

COORDENADOR

CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____



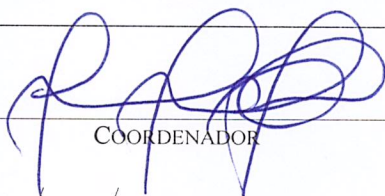
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO TRIBUTÁRIO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 TEÓRICA: 60 PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Esta disciplina tem por objetivo ensinar a formação e aplicação jurídica da legislação de Direito Tributário e conhecimento da arrecadação na formação da Receita Pública, com vistas ao embasamento final do conhecimento do Direito Público.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Direito Tributário. Ementa: Receitas públicas. Sistema Tributário Nacional: previsão constitucional; atribuição e competência tributária, princípios constitucionais tributários, limitações ao poder de tributar. Lei complementar: funções e matérias reservadas. Tributos: conceito, natureza jurídica, classificação e espécies de tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições especiais. Tributos de competência da União. Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal. Tributos de competência dos Municípios. Repartição das receitas tributárias: receita da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios. Legislação tributária: lei complementar, lei ordinária, lei delegada; decretos legislativos, resoluções do Senado Federal; atos normativos de autoridades administrativas: decretos e despachos normativos do Executivo, resoluções administrativas, portarias, decisões administrativas, tratados e convenções internacionais, vigência, aplicação, interpretação e integração.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA:		
HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 26 ed. São Paulo: GEN/Atlas, 2017.		
PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.		
CARNEIRO, Claudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016		
COMPLEMENTAR:		
REZENDE, Fernando. A Reforma tributária e a federação. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. 1.ed. 2009		
TORRES, Ricardo Lobo. O Direito ao mínimo existencial. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.		
OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de direito financeiro. 7ª ed., São Paulo, Saraiva, 2015.		



COORDENADOR


DATA ____/____/____



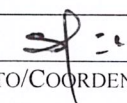
CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: XX ESTÁGIO: XX
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Elaborar projetos que se enquadrem nas áreas de atuação do bacharel em direito. Desenvolver capacidade de leitura e síntese de texto técnico científico; Desenvolver escrita formal para elaboração de projetos e monografias; Praticar a apresentação em público.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Elaboração de proposta de trabalho científico envolvendo temas abrangidos pelo curso. A monografia como síntese do conhecimento adquirido. A monografia como produção de conhecimento jurídico. Definição e delimitação do tema. Os vários tipos de monografia jurídica. Fichamento e fichas de leitura.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: <i>LEITE</i> , Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica - Vol. 1 - Série Métodos Em Direito - 10ª Ed. 2014. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. NUNES, Rizzato. Manual da Monografia Jurídica como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Monografia Jurídica - Passo A Passo - Projeto, Pesquisa, Redação e Formatação. São Paulo: ed. Método, 2015. Complementar: ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 24ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. AGUILLAR, Fernando. Metodologia da ciência do direito. 3.ed. São Paulo: Max Limonad, 2003. FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Iniciação à pesquisa no direito. São Paulo: Campus, 2009.		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPTO/COORDENADOR
 DATA ____/____/____

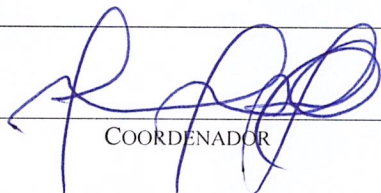


UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (x) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
EXECUÇÃO CÍVEL E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (x) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE: Compreender o sistema de execução no processo civil, seja na fase de cumprimento de sentença, seja por meio de processo autônomo. - Analisar o sistema jurídico processual, de forma a instrumentalizar os conhecimentos para a compreensão crítica e a atividade profissional do futuro bacharel.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA: Tutela executiva. Aspectos gerais e princípios informativos. Classificação. Título executivo. Objeto da execução. Bens penhoráveis, impenhoráveis e inalienáveis. Responsabilidade patrimonial. Fraude à execução. Liquidação e Cumprimento de sentença. O Processo Sincrético. Processo autônomo de execução. Condições para o exercício da ação executiva. Tutela específica das obrigações de entregar coisa certa e incerta, fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Incidentes na execução. Execução de alimentos. Insolvência civil. Suspensão e extinção do processo de execução. Atitudes do executado. Embargos. Impugnação. Exceção de pré-executividade		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, v. IIII Rio de Janeiro Gen/EdForense, 2017. DIDIER JUNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael Alexandria de, CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. V. 5. Salvador. JusPodivm, 2017. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil, v3 - Execução. Ed. RT, 2017. COMPLEMENTAR: CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. São Paulo: Atlas, 2017. NEVES, Daniel Assumpção Amorim. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: JusPodium, 2017. BUENO. Cássio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil, Vol. Único. Rio de Janeiro, 2017.		



COORDENADOR

DATA ____/____/____

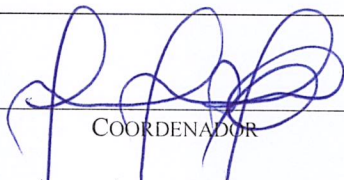


CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
PROCESSO PENAL III		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30	TEÓRICA:	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Apresentar a teoria geral aplicáveis aos recursos, fornecendo suas espécies e aplicabilidade ao caso concreto. Estudar o <i>habeas corpus</i> : sua origem, aplicabilidade na visão constitucional e processual penal. Avaliar a revisão criminal com seus fundamentos, características e aplicação. Estudar o mandado de segurança: suas características e aplicação.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Recurso em sentido estrito. Apelação criminal. Embargos de declaração. Carta testemunhável. Recursos especial e extraordinário em matéria penal. Ações impugnativas autônomas. Habeas corpus. Revisão criminal. Mandado de segurança.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. AURY Lopes JR. Direito Processual Penal. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Complementar: CAPEZ, FERNANDO. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2017. CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011. BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.		



COORDENADOR

DATA ____/____/____



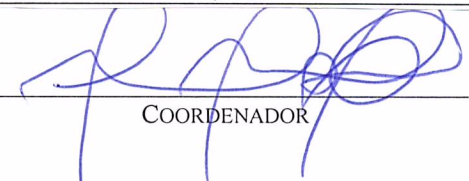
CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

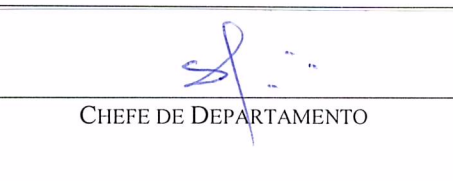
10º Período = 300 CH

- Direito Privado Internacional (4) ✓
- Laboratório de Prática Processual Penal (2) ✓
- Laboratório de Prática das Famílias (2) ✓
- Laboratório de Prática Trabalhista (2) ✓
- Estágio Curricular Supervisionado IV (4) ✓
- Métodos consensuais de resolução de conflitos (2) ✓
- Trabalho de Conclusão de Curso II (2) ✓
- Ética Profissional (2) ✓

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS TEÓRICA: PRÁTICA: ESTÁGIO: X		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Oferecer estágio curricular aos alunos entre o 10º período do curso de Direito, bem como propiciar assistência jurídica consultiva às pessoas hipossuficientes, sob o aspecto socioeconômico, do município de Macaé, com foco nas áreas cível, empresarial, família e trabalhista.</p> <p>O estudo do Direito Penal será pautado: (i) na elaboração de trabalhos simulados orientados de prática jurídica penal; (ii) na elaboração de peças práticas profissionais na esfera recursal penal; (iii) no estudo prático da jurisprudência e do direito sumular penal □ STF, STJ, TJ/RJ e TRF; (iv) na simulação de audiência/sessão, onde o aluno possa exercer as funções dos operadores jurídicos no âmbito do Direito Penal; e (v) no agendamento, acompanhamento e relatório de visitas na Justiça Comum Estadual de 1º Grau, Juizados Especiais Criminais, Tribunal do Júri e o Conselho Penitenciário, além de outros órgãos judiciais.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Prática do Direito de Família e Sucessões. Atuação profissional na área cível. Código de Ética. Estatuto do advogado. Ação de Fixação de Alimentos. Ação de Oferecimento de Alimentos. Execução de Alimentos. Divórcio. Reconhecimento de União Estável. Investigação de Paternidade. Alvará. Inventário. Guarda. Adoção.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Direito de Família. 9ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. FARIA, Mario Roberto Carvalho. Direito das Sucessões – Teoria e Prática. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017. FERNANDA, Tartuce. Processo Civil aplicado ao Direito de Família. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier e Método, 2017. Complementar: BONFIM, Cleidiane Araújo Ferreira Mendes. Prática das Ações de Alimentos e Direito de Família. 2ª Edição. São Paulo: Mundo Jurídico, 2017. ALVIM, J. E. Carreira. Ação de Arrolamento Judicial no Novo CPC – Direito das Sucessões – Teoria e Prática. 2ª Edição. São Paulo: Juruá, 2017. CASSETTARI, Christiano. Divórcio, Extinção de União Estável e Inventário por Escritura Pública – Teoria e Prática. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.		



 COORDENADOR



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO PRIVADO INTERNACIONAL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H TEÓRICA: 60H PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>O objeto preponderante da disciplina é familiarizar o discente com as formais pelas quais se busca solucionar possíveis conflitos de leis no espaço. Para tanto, faz-se necessária a compreensão dos elementos de conexão e a forma pela qual são abordados pelo direito brasileiro. Neste sentido, serão abordadas também a regulamentação da condição jurídica do estrangeiro no Brasil, as regras pertinentes à aplicação do direito alienígena e aspectos processuais alusivos à competência internacional.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Direito internacional privado: noção e fundamento. Ordens jurídicas em contato: a) com uma só ordem jurídica; b) com duas ou mais ordens jurídicas. Análise do fenômeno conflito de leis no espaço. Conceito de direito internacional privado. Análise da denominação. O fundamento do direito internacional privado. Sistemas doutrinários. A “Comitas Gentium”. A “Comunidade Jurídica Internacional” (Savigny). O “Respeito a Soberania Estrangeira” (Pillet). A “Utilidade e Conveniência” (Armijon). A Repartição Internacional das Competências Legislativas” (Zitelmann). O “Respeito ao Elemento Estrangeiro” (Goldschmidt). As fontes do direito internacional privado. Conceito e classificação: internas, internacionais, convencionais e jurisprudenciais. Os elementos de conexão. Conceito. Enumeração. Análise dos principais elementos de conexão do sistema de Direito Internacional Privado Brasileiro. Território. Modificações territoriais e seus efeitos. Conflitos sobre a posse de um território. Conflitos positivos. Conflitos negativos. Exterritorialidade. Nacionalidade. Conceito. Modos de aquisição: originária e derivada. Naturalização expressa e naturalização tácita. Conflitos positivos e negativos de nacionalidade. A nacionalidade no Direito brasileiro. Aquisição e perda da nacionalidade brasileira. Apatridia e critérios substitutivos de nacionalidade como elemento e conexão. A condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Admissão, saída e retorno do território brasileiro. Obrigações, direitos e deveres do estrangeiro no Brasil. Deportação e expulsão. Origem, conceito e classificação das pessoas jurídicas de direito público e direito privado. As pessoas jurídicas de direito privado. Nacionalidade e domicílio das pessoas jurídicas no Direito Privado. Domicílio. Conceito. Aquisição e perda do domicílio. Pluralidade e ausência de domicílio. Conflitos positivos e negativos. Autonomia da vontade. Conceito. Conteúdo. Limitações. Escolha da lei e eleição do foro. Conflitos no espaço de normas de Direito Internacional Privado. Conflitos positivos. Conflitos negativos. Teoria do retorno. Conflito no tempo de normas de Direito Internacional Privado. Direito brasileiro. Personalidade. Começo e fim. Comonência. Ausência. Estado. Certificação legal do estado civil. Capacidade. Capacidade de fato e de direito. Lei Reguladora da Capacidade. Emancipação. Direito brasileiro. Atos jurídicos. Forma dos atos. Prova dos atos jurídicos. Prescrição. Direito brasileiro. Direito de Família. Espousais. Casamento. Forma de celebração. Impedimentos. Relações pessoais e patrimoniais dos cônjuges. União estável. Dissolução da sociedade conjugal. Separação e divórcio. Anulação e invalidade do casamento. Efeitos no Brasil de sentenças estrangeiras de separação e divórcio. Relações Jurídicas entre pais e filhos. Pátrio poder. Adoção. Alimentos. Tutela e curatela. Direito brasileiro. Direito das Coisas. Dos bens em geral. Posse e propriedade. Direitos reais de uso e de garantia. Propriedade intelectual. Propriedade industrial. Direito brasileiro. Direitos das Obrigações. Fontes das obrigações. Obrigações voluntárias. Obrigações que se originam da lei. Obrigações oriundas de atos ilícitos. Lei reguladora. Contratos entre ausentes. Interpretação dos contratos. Direito brasileiro. Direito das Sucessões. Lei reguladora das Sucessões. Sucessões testamentária e sucessão legítima. As normas excepcionais: a lei mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros; heranças vagas abertas no Brasil. Aplicação do direito estrangeiro. Prova do teor, vigência e sentido do direito, dos usos e costumes estrangeiros. Regras para a aplicação. Defeitos da aplicação. Limites à aplicação: o princípio da ordem pública (exegese do art. 17 da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro). Recursos cabíveis. Retorno ou devolução. Fraude à lei. Direito processual civil internacional. Da competência internacional. Competência absoluta e competência relativa. Litispendência. Direito processual civil internacional. Cooperação judiciária internacional. Cartas vogatórias. Arbitragem. Homologação das sentenças estrangeiras. Homologação de laudos ou de sentenças arbitrais estrangeiras.</p>		
BIBLIOGRAFIA		

Básica:

ARAUJO, Nádia. Direito Internacional Privado. Teoria e Prática Brasileira. Rio de Janeiro: Renovar. 2003.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito internacional privado parte geral e processo internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2016.

RAMOS, Andre de Carvalho. (Org.). Direito Internacional Privado: questões controvertidas. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2015.

Complementar:

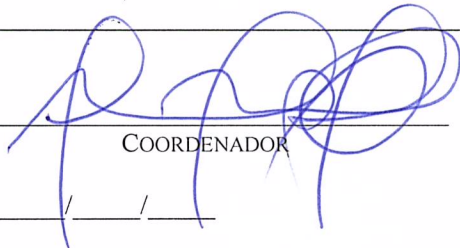
FRIEDRICH, Tatyana Scheila. As normas imperativas de Direito Internacional Privado (lois de police) Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

CASTRO, Almicar. Direito Internacional Privado. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado - Parte Geral -. 8ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

OLIVEIRA, Renata Fialho. Interpretação e aplicação de convenções internacionais em matéria substantiva, processual e conflitual. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014.

TIBURCIO, Carmen. Temas de direito internacional. Rio de Janeiro: Renovar: 2006.



COORDENADOR

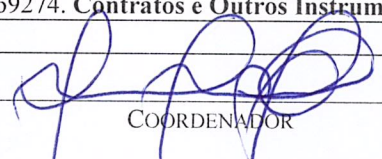
DATA ____/____/____



Chefe de Departamento

Data ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
LABORATÓRIO DE PRÁTICA PROCESSUAL PENAL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS TEÓRICA: PRÁTICA: X ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Promover a discussão de jurisprudências e casos simulados na área penal, visando a elaboração de petições iniciais e recursos.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Inquérito policial; Procedimento comum; Tribunal do Júri; Recursos; Recurso em sentido estrito; Habeas Corpus; Mandado de Segurança em matéria penal.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: EBERHARDT, Marcos; SILVA, Davi André Costa; GIULIANI, Ricardo Henrique A. Manual de Prática Penal – Teoria e Prática . 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Verbo Jurídico, 2017. ISBN: 9788576995357 KNIPPEL, Edson Luz. Prática Penal . 7ª Edição. Rio de Janeiro: Método, 2017. ISBN: 9788530975135 MACHADO, Ângela C. Cangiano. Prática Penal – Prática Forense . Volume 6, 13ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. ISBN 9788520370926 Complementar: BARROS, Francisco Dirceu. Manual do Júri – Teoria e Prática . 3ª Edição. São Paulo: Editora J. H. Mizuno, 2017. ISBN: 9788577893171 MASSON, Cleber; VILHENA JÚNIOR, Ernani de Menezes. Prática Penal – Ministério Público . 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier e Método, 2017. ISBN: 9788530975050 SUMARIVA, Paulo Henrique de Godoy. Criminologia – Teoria e Prática . 4ª Edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2017. ISBN: 9788576269274. Contratos e Outros Instrumentos – Novo CPC . São Paulo: Cronus, 2015. ISBN: 9788561544386		



 COORDENADOR

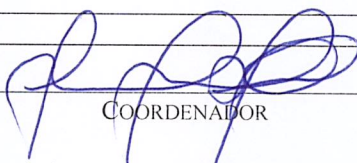


 CHEFE DE DEPARTAMENTO

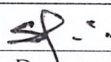
DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
LABORATÓRIO DE PRÁTICA TRABALHISTA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS TEÓRICA: PRÁTICA: X ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Promover a discussão de jurisprudências e casos simulados na área trabalhista, visando a elaboração de petições iniciais, contestações e recursos trabalhistas.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Apresentação da Organização Judiciária Trabalhista; Petição inicial; Defesas do Réu; Recursos Trabalhistas; Casos práticos; Reclamação trabalhista: preparação; defesa; simulação;		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: PEREIRA, Leone. Prática Trabalhista. Coleção Prática Forense. 7º Volume, 6ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. ISBN: 9788520370841 CISNEIROS, Gustavo. Manual de Audiência e Prática Trabalhista. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Método, 2017. ISBN: 9788530974213 OLIVEIRA, Cíntia Machado de; HAINZENREDER JÚNIOR, Eugênio; SAMUEL, Gimena. Manual de Prática Trabalhista. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Verbo Jurídico, 2017. ISBN: 9788576995371 Complementar: SCALÉRCIO, Marcos. Prática de Audiência Trabalhista conforme o Novo CPC. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTR, 2017. ISBN: 9788536191935 STUCHI, Victor. Prática Trabalhista. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Método, 2017. ISBN: 9788530973667 VIANNA, Cláudia Salles Vilela. Manual das Relações Trabalhistas. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Editora LTR, 2017. ISBN: 9788536190952		

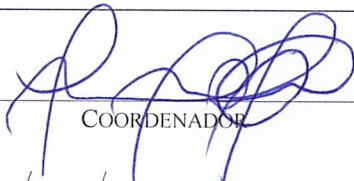


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>			
CONTEÚDO DE ESTUDOS			
DIREITO			
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO (X) ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()	
MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS			
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ			
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA: 30	PRÁTICA:	ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE			
O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos os métodos de solução consensual de conflitos: arbitragem, mediação e conciliação.			
DESCRIÇÃO DA EMENTA			
Mediação e Conciliação: natureza jurídica, pressupostos e efeitos. Arbitragem: Fundamentos de legitimidade, constitucionalidade e natureza jurídica. Convenção de arbitragem. Cláusula compromissória e Compromisso arbitral. O princípio da competência-competência. Efeitos da convenção arbitral. Extinção da convenção arbitral. Procedimento arbitral. Início do procedimento: aceitação da função pelo árbitro. Eventual adendo à convenção. Impugnação aos árbitros ou à convenção: momento e limites da preclusão. Produção probatória. Medidas coercitivas e urgentes. Sentença arbitral. Impugnação do processo e da sentença arbitral. Impugnação ao cumprimento de sentença (excepcionalmente embargos). A impugnação por terceiros juridicamente interessados. Os árbitros e as súmulas vinculantes. Sentenças (ou laudos) arbitrais estrangeiras (os).			
BIBLIOGRAFIA			
BÁSICA CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem: lei n.º 9.307/96. Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 2009. CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem. Revista dos Tribunais .ª ed. 2017. CARMONA, Carlos Alberto. A arbitragem no processo civil brasileiro. Ed. Atlas, 3.ª ed. 2009, São Paulo.			
COMPLEMENTAR FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Arbitragem: jurisdição e execução: análise crítica da STRENGER, Irineu. Comentários à lei brasileira de arbitragem. São Paulo: LTR, 1998. BACELAR, Roberto. Mediação e Arbitragem: meios alternativos de resolução de conflitos. ed. Saraiva, São Paulo, 2012. LIMA, Jean Carlos. Curso de mediação de conflitos: teoria e prática - o manual do mediador. 2.ª ed. Ed. Viena. São Paulo. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Arbitragem: jurisdição e execução: análise crítica da lei n.º 9.307, de 23/09/1996. Revista dos Tribunais.			



COORDENADOR

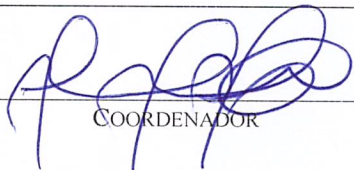
DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

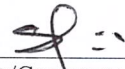
DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO (X) ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: XX ESTÁGIO:XX
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Preparar o aluno para o desenvolvimento da monografia de conclusão de curso.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
A Monografia como trabalho de conclusão de Curso. Os elementos componentes da estrutura da Monografia. Os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Redação, linguagem e discurso na monografia jurídica. Estrutura de frases e parágrafos. Coesão e coerência textual. Raciocínio e argumentação. Referências bibliográficas. Pontuação. Citações e notas de rodapé. Introdução, desenvolvimento e conclusão. Defesa oral.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia Jurídica - Vol. 1 - Série Métodos Em Direito - 10ª Ed. 2014. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. NUNES, Rizzato. Manual da Monografia Jurídica como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Monografia Jurídica - Passo A Passo - Projeto, Pesquisa, Redação e Formatação. São Paulo: ed. Método, 2015. Complementar: ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 24ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. AGUILLAR, Fernando. Metodologia da ciência do direito. 3.ed. São Paulo: Max Limonad, 2003. FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Iniciação à pesquisa no direito. São Paulo: Campus, 2009.		



COORDENADOR

DATA ____/____/____

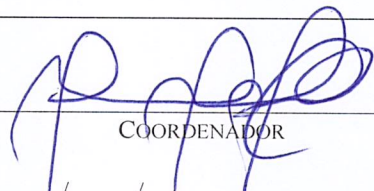


CHEFE DE DEPTO/COORDENADOR

DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>			
CONTEÚDO DE ESTUDOS			
DIREITO			
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO (X) ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()	
ÉTICA PROFISSIONAL			
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ			
CARGA HORÁRIA TOTAL:		TEÓRICA: 30	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)		OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE			
O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos sobre o Código de Ética da Advocacia e o Estatuto da OAB.			
DESCRIÇÃO DA EMENTA			
Ética profissional. Código de Ética da Advocacia. Processo ético-disciplinar. Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.			
BIBLIOGRAFIA			
BÁSICA			
TRIGUEIROS, Arthur. Novo código de ética e disciplina na OAB: anotado e comparado. Ed. Foco. 3.ª ed.. São Paulo, 2017.			
PAULO, Antonio de. OAB: Ordem dos Advogados do Brasil: estatuto da advocacia. Saraiva, São Paulo, 1999.			
HUSSNI, Deborah J. Resumo jurídico do estatuto da OAB e código de ética. ed. Quartier Latin, vol. 16. 2017.			
COMPLEMENTAR			
LOBO, Paulo. Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB. Ed. Saraiva. São Paulo, 2013.			
VASCONCELOS, Jonas. O novo Código de Ética e Disciplina da OAB - comentado. Ed. Brasil Jurídico. São Paulo, 2017.			
GAMA, Ricardo Rodrigues. Estatuto da Advocacia e Código de Ética da OAB - comentado. Ed. Russel, São Paulo, 2009.			



COORDENADOR

DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
LABORATÓRIO DE PRÁTICA DAS FAMÍLIAS		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS TEÓRICA: PRÁTICA: X ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Promover a discussão de jurisprudências e casos simulados na área de direito de família, visando a elaboração de petições iniciais, contestações, réplicas, e recursos cíveis.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Petição Inicial: requisitos; pressupostos processuais; fatos; fundamentos da pretensão; e pedidos. Contestação. Réplica; Ação de Fixação de Alimentos; Ação de Oferecimento de Alimentos; Execução de Alimentos; Divórcio; Reconhecimento de União Estável; Investigação de Paternidade; Alvará; Inventário; Guarda; Adoção; Recursos: Apelação; Agravo de Instrumento; Embargos de Declaração; Recurso Especial; Recurso Extraordinário.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Direito de Família . 9ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. ISBN: 9788597012477 FARIA, Mario Roberto Carvalho. Direito das Sucessões – Teoria e Prática . 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017. ISBN: 9788530976149 FERNANDA, Tartuce. Processo Civil aplicado ao Direito de Família . 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier e Método, 2017. ISBN: 9788530975128 Complementar: BONFIM, Cleidiane Araújo Ferreira Mendes. Prática das Ações de Alimentos e Direito de Família . 2ª Edição. São Paulo: Mundo Jurídico, 2017. ISBN: 9788580850956 ALVIM, J. E. Carreira. Ação de Arrolamento Judicial no Novo CPC – Direito das Sucessões – Teoria e Prática . 2ª Edição. São Paulo: Juruá, 2017. ISBN: 9788536265339 CASSETTARI, Christiano. Divórcio, Extinção de União Estável e Inventário por Escritura Pública – Teoria e Prática . 8ª Edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. ISBN: 9788597011258		

COORDENADOR

CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

SUMÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

1. HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL ✓
2. DEONTOLOGIA JURÍDICA ✓
3. SOCIOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E JUDICIÁRIAS ✓
4. DIREITO E RELAÇÕES DE GÊNERO ✓
5. DIREITO, LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA ✓
6. PRÁTICA DA MEDIAÇÃO ✓
7. DIREITO PENAL INTERNACIONAL ✓
8. DIREITO DESPORTIVO EMPRESARIAL ✓
9. DIREITO DO IDOSO ✓
10. DIREITO AERONÁUTICO ✓
11. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ✓
12. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ✓
13. FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA ✓
14. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL ✓
15. DIREITO MUNICIPAL I ✓
16. TRIBUNAL DO JÚRI: TEORIA E PRÁTICA ✓
17. CRIMINOLOGIA ✓
18. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS ✓
19. DIREITO E ARTE ✓
20. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ✓
21. ESTUDOS SOBRE SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA ✓
22. ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES ✓
23. RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO ✓
24. EXECUÇÃO E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS TRABALHISTAS ✓
25. NOVAS TENDÊNCIAS NO DIREITO DO TRABALHO ✓
26. NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO SOCIETÁRIO ✓
27. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL I ✓
28. DIREITO MARÍTIMO ✓
29. DIREITO PREVIDENCIÁRIO ✓
30. DIREITO, AMBIENTE E CAMPESINATO ✓
31. DIREITO, QUESTÃO AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS ✓
32. DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ✓
33. REGISTROS PÚBLICOS I ✓
34. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS ✓
35. PROPRIEDADE IMATERIAL I ✓
36. DIREITO ECONÔMICO CONCORRENCIAL ✓
37. TÓPICOS EM FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA III ✓
38. TÓPICOS EM FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA II ✓
39. TÓPICOS EM FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I ✓
40. DIREITO DO COMBATE À CORRUPÇÃO ✓
41. DIREITO AMBIENTAL II ✓
42. DIREITO DO PETRÓLEO I ✓
43. TEMAS AVANÇADOS DE TEORIA DAS OBRIGAÇÕES E CONTRATOS ✓
- ~~44. HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL ✓~~
45. DIREITO, LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA ✓
46. DIREITO PENAL INTERNACIONAL ✓
47. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS ✓
48. DIREITO MATERIAL COMPARADO ✓
49. METODOLOGIA DA PESQUISA NA HISTÓRIA DO DIREITO ✓
50. DIREITO DIGITAL ✓
51. DIREITO ADMINISTRATIVO PROCESSUAL ✓
52. REGULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ✓
53. DIREITO IMOBILIÁRIO ✓
54. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO ✓
55. ELEMENTOS DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO ✓
56. DIREITO E CINEMA ✓
57. DIREITO ELEITORAL ✓
- ~~58. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I ✓~~
- ~~59. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II ✓~~
60. MOBILIDADE INTERNACIONAL I ✓
61. MOBILIDADE INTERNACIONAL II ✓
62. MOBILIDADE INTERNACIONAL III ✓
63. MOBILIDADE INTERNACIONAL IV ✓
64. ORATÓRIA ✓
65. PSICOLOGIA JURÍDICA ✓



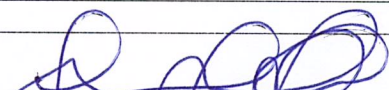
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA: 30	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos fundamentais sobre a regulação das operações societárias.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA		
Análise crítica das operações societárias relacionadas aos consórcios, grupos societários, grupos econômicos, fusão, cisão, incorporação e ações relacionadas à <i>joint venture</i> , <i>holding</i> , cartel e truste.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA RIZZARDO, ARNALDO. DIREITO DE EMPRESA. 5.ED.REV. ATUAL. E AMPL. RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2014. CAMPINHO, SÉRGIO. CURSO DE DIREITO COMERCIAL: SOCIEDADE ANÔNIMA. 2.ED. SARAIVA: SÃO PAULO, 2017. MAMEDE, GLADSTONE. DIREITO EMPRESARIAL BRASILEIRO: DIREITOS SOCIETÁRIO - SOCIEDADES SIMPLES E EMPRESÁRIA. VOL. 2. 6. ED., ATLAS: SÃO PAULO, 2012		
COMPLEMENTAR RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 7ª ed. rev.e atual. Forense: Rio de Janeiro; Método: São Paulo, 2017 SZTAJN, Rachel. Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.		



COORDENADOR

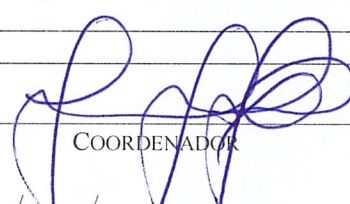
DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO


DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X)
DIREITO MATERIAL COMPARADO		ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: TEÓRICA: X PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Apresentar o panorama do direito comparado. Estimular a reflexão de temas relacionados ao uso da comparação. Analisar sob a ótica comparada sistemas e institutos jurídicos. Destacar aspectos controvertidos.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Objeto e finalidade da comparação O método da comparação. O Direito Comparado. Sistemas. Classificações. Diversidade e uniformidade do direito. Micro comparação e variáveis. Recepção dos direitos: fatores e efeitos. Contratos e Responsabilidade civil na perspectiva comparada.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: CASTRO, Junior. Oswaldo Gripino de. Teoria e prática do direito comparado e desenvolvimento Estados Unidos x Brasil; Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. CONSTANTINESCO, Léontin-Jean. Tratado de direito comparado introdução ao direito comparado; Rio de Janeiro: Renovar, 1998. SACCO, Rodolfo. Introdução ao Direito Comparado; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.		
Complementar: ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Introdução ao Direito Comparado, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 1998 ANCEL, Marc. Utilidade e métodos do direito comparado: elementos de introdução geral ao estudo comparado dos direitos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1980. DAVID, René. Os grandes sistemas de direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



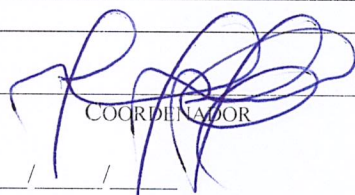
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
METODOLOGIA DA PESQUISA NA HISTÓRIA DO DIREITO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30	TEÓRICA: 30	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X)		AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Compreender as trajetórias das teorias e metodologias da pesquisa na história do direito. Discutir perspectivas teóricas e suas consequências metodológicas para a pesquisa na história do direito. Discutir os caminhos teórico- metodológicos escolhidos pelos alunos do curso em seus projetos.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Reflexão sobre a História do Direito, conhecimento, pesquisa, métodos, fontes de pesquisa. Apresentação das principais propostas metodológicas desenvolvidas no processo de constituição do campo de conhecimento histórico nos séculos XIX e XX.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: FONSECA, Ricardo Marcelo. <i>Introdução teórica à história do direito</i> . Curitiba: Juruá, 2012. HESPANHA, António M. <i>Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio</i> . S/l: Europa-América, 2003. PATRÃO, Benedicto Gonçalves. <i>De Debret a Marc Ferrez: higiene na família carioca oitocentista</i> . Rio de Janeiro: Folha Seca, 2016. Complementar: BRAUDEL, Fernand. <i>Escritos sobre a história</i> . São Paulo: Perspectiva, 1969. BURKE, Peter. <i>A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia</i> . São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. HESPANHA, António M. <i>A história do direito na história social</i> . Lisboa: Livros Horizonte, 1978.		

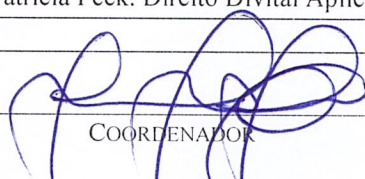

COORDENADOR

DATA ____ / ____ / ____


CHEFE DE DEPARTAMENTO

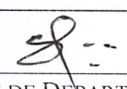
DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	
DIREITO DIGITAL		CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL:	30	TEÓRICA: 30 PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE:	OBRIGATÓRIA ()	OPTATIVA (X) AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Propiciar a compreensão científica dos institutos do Direito Digital, de sua história, sua transformação, seus fundamentos, sua atualidade e perspectivas e a importância de sua divulgação e aplicação profissional, verificando sua inserção num microsistema jurídico próprio.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Informática Jurídica e Direito da Tecnologia da Informação: conceitos, histórico e perspectivas. Documentos eletrônicos, prova eletrônica e certificação digital. Perícia Digital. Crimes eletrônicos. Fraude eletrônica. Ética e Educação digital. Responsabilidade Civil e dano moral no Direito Digital. Comércio Eletrônico. Processo Eletrônico. O Estado Eletrônico e o Futuro do Direito Digital.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: LIMA, Glaydson de Farias. Manual de Direito Digital – Fundamentos Legislação e Jurisprudência. São Paulo: Appris Editora. 2016. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016 TEIXEIRA, Tarcício; LOPES, Alan Moreira. Direito das Novas Tecnologias – Legislação Eletrônica Comentada, Mobile Law e Segurança Digital. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Complementar: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; NUNES, Lydia Neves Bastos Telles. Estudos Avançados de Direito Digital. São Paulo: GEN, 2014. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital Aplicado 2.0. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016</p>		



COORDENADOR

DATA ____ / ____ / ____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____ / ____ / ____

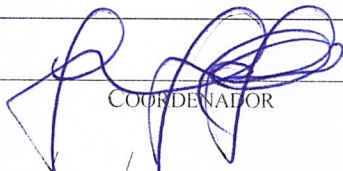


UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO ADMINISTRATIVO PROCESSUAL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA:	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
A disciplina objetiva aprofundar e promover um conhecimento mais aprofundado sobre o procedimento e processo administrativo, objetivando que os alunos desenvolvam o senso crítico sobre a dinâmica das diversas fases e características. A ideia é compreender os fundamentos teóricos e práticos a respeito do procedimento e do processo administrativo.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Conceito de procedimentalização. Definição de procedimento. Fins visados pela procedimentalização. Princípios norteadores do procedimento administrativo. Princípio da utilidade, imparcialidade. Publicidade, contraditório, motivação, objetividade, verdade material, celeridade. Modalidades de procedimento: para produção de atos administrativos regulares, para produção de decisão administrativa não litigiosa, processo administrativo. Distinção entre processo e procedimento. Distinção entre processo administrativo e processo judicial. Instauração do processo administrativo. Convocação das partes interessadas. Instrução. Julgamento. Recursos. Questões de preclusão e coisa julgada.		
BIBLIOGRAFIA		
ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa. <u>Processo administrativo e o novo CPC: impactos da aplicação supletiva e subsidiária</u> . Curitiba: Juruá, 2017 (ISBN 9788536268347)		
NOBRE JR., Edilson Pereira, Et al.. <u>Comentários à Lei do processo administrativo federal</u> . São Paulo: Saraiva, 2016 (ISBN 9788547202880).		
MOREIRA, Egon Bockmann. <u>Processo administrativo: princípios constitucionais, a Lei 9.784/1999 e o Código de processo civil</u> . 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2017 (ISBN 9788539203543).		


COORDENADOR

DATA ____ / ____ / ____


CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____ / ____ / ____

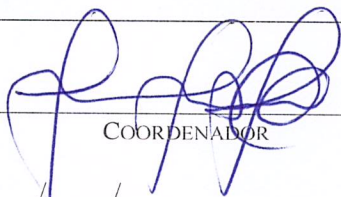


UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
REGULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO:		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 TEÓRICA: 30 PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Esta disciplina tem por objetivo estudar o desenvolvimento de áreas tais como a petrolífera, a energética, a financeira e a de telecomunicações e a aplicação da regulação concorrencial com vista ao desenvolvimento sustentável.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Direito Regulatório. Desenvolvimento Sustentável. Governança Corporativa. Agências Reguladoras. Regulação financeira e concorrencial e sustentabilidade. Meio ambiente e regulação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LIMA JUNIOR, João Manoel de. Regulação financeira e sustentabilidade. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2017. SUNDFELD, Carlos Ari & ROSILHO, André. (Org.) Direito da regulação e políticas públicas. 1 ed. São Paulo: Malheiros, 2014. VOLOTÃO, Romilson de Almeida. Direito regulatório, governança e licenciamento ambiental. Coleção FGV-Direito Rio. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BLANCHET, Luiz Alberto e CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. (Coord.) Direito da Energia: economia, regulação e sustentabilidade. Curitiba: Juruá, 2014. FGV/Law. Governança das agências federais de regulação do Brasil.pdf. Análise da configuração das diretorias e do engajamento do cidadão durante os últimos 20 anos. http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17944/Ag%c3%aancias_Reguladoras.pdf?sequence=1&isAllowed=y .		



COORDENADOR

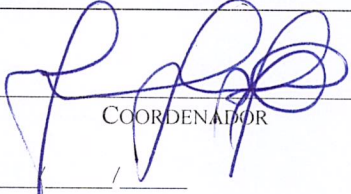
DATA ____/____/____



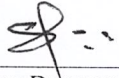
CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO IMOBILIÁRIO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO:		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 TEÓRICA: 30 PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Esta disciplina tem por objetivo ensinar a formação e aplicação jurídica da legislação de Direito Imobiliário e conhecimento das instituições relacionadas à propriedade nos centros urbanos como desdobramento dos estudos de Direitos Reais. São aprendidos conceitos relacionados à compra e venda e locação de imóveis; alienação fiduciária imobiliária; sistema financeiro imobiliário etc.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Direito Imobiliário. Conceitos básicos e princípios. Compra e venda de imóveis; promessa de compra e venda; cessão de direitos reais imobiliários; alienação fiduciária em garantia de imóveis; financiamento imobiliário; cédula de crédito hipotecário; condomínios horizontais; locação de imóveis (direitos e deveres de locador e locatário; sublocação; inadimplemento e retomada do imóvel; inscrição do devedor em bancos de dados; fiador proprietário)		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Legislação Imobiliária . www.planalto.gov.br		
BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil . www.planalto.gov.br		
CHALHUB, Melhim Namem. Incorporação Imobiliária . 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. RIZZARDO, Arnaldo. Condomínio Edifício e Incorporação Imobiliária . 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. SCAVONE JR., Luiz Antônio. Direito Imobiliário – teoria e prática . 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
AGHIARIAN, Hercules. Curso de Direito Imobiliário . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
CHALHUB, Melhim Namem. Alienação Fiduciária. Negócio Fiduciário . 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

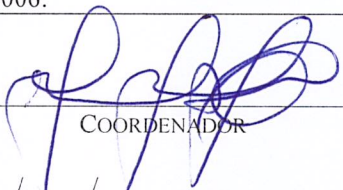
FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO:		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 TEÓRICA: 30 PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Esta disciplina tem por objetivo ensinar a formação e aplicação jurídica da legislação processual tendo como foco a lide de natureza tributária com ênfase na execução de dívida fiscal.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Dívida Ativa. Cobrança de débito fiscal. Execução Extrajudicial e judicial. Processo de execução fiscal. Condições da Ação. Prerrogativas da Fazenda Pública. Defesas do contribuinte.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Código Tributário Nacional . www.planalto.gov.br . BRASIL. Lei de Execução Fiscal (lei nº. 6.830/80) . www.planalto.gov.br . CONRADO, Paulo Cesar. Execução Fiscal . 3 ed. São Paulo: Noeses, 2017. FALCÃO, Joaquim, GUERRA, Sérgio e ALMEIDA, Rafael. (Org.) Processo Tributário . 1 ed. Rio de Janeiro: FGV-Direito, 2017. THEODORO JR., Humberto. Lei de Execução Fiscal . 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário Completo . 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PAULSEN, Leandro. Constituição e Código Tributário Comentados à luz da doutrina e da jurisprudência . 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MELO FILHO, João Aurino de. Execução Fiscal Aplicada . 6 ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodium, 2017.		

COORDENADOR_____
CHEFE DE DEPARTAMENTO


DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE ELEMENTOS DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ- MDI		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: 30H PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE: APROFUNDAR OS CONHECIMENTOS SOBRE ANTROPOLOGIA DO DIREITO.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA: Teorias contemporâneas da antropologia do direito. Análises sobre o direito em sociedades não-ocidentais. a antropologia do direito no brasil. Marcadores sociais da diferença e o direito no brasil. Meio ambiente e o direito no brasil. Sociedades camponesas e direito. Análise de conflito no brasil. Antropologia e direitos humanos no brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BEVILÁQUA, Ciméa. 2001. Notas sobre a forma e a razão dos conflitos no mercado de consumo. Sociedade e Estado (Dádiva e solidariedades urbanas), volume XVI, nº 1-2, janeiro-dezembro de 2001, pp. 306-334. CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. 2008. Existe Violência Sem Agressão Moral?. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), v. 23, p. 135-146. Acessível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/10.pdf DEBERT, Guita Grin e BERARDO DE OLIVEIRA, Marcella. julho-dezembro de 2007. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica. In: Cadernos Pagu (29), 305-337. LIMA, A.C.S. ANTROPOLOGIA & DIREITO: temas antropológicos para estudos jurídicos. BRASÍLIA/RIO DE JANEIRO/BLUMENAU: ABA/LACED/NOVA LETRA, 2012. LIMA, R.K. ; MISSE, M. ESAIOS DE ANTROPOLOGIA E DE DIREITO. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2009. PERRONE, Tatiana. 2014. Valores morais e monetários em conflito: uma etnografia em Varas de Família. Pensata 3 (2). UNIFESP		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: NOVAES, R.R.; LIMA, R.K. ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS. NITERÓI: EDUFF, 2001. LIMA, R.K. ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS 2. NITERÓI: EDUFF, 2003. LIMA, R.K. ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS 3. NITERÓI: EDUFF, 2005. GROSSI, M. P.; HEILBORN, M. L.; MACHADO, L.Z. ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS 4. FLORIANÓPOLIS: NOVA LETRA, 2006.		

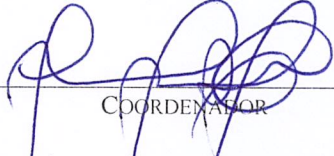


 COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____




 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO E CINEMA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
Proporcionar ao aluno o estudo da articulação entre direito e cinema, bem como dos fatos sociais e sua abordagem cinematográfica e sua conseqüente correlação com o direito.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
A articulação direito e cinema. A representação de fatos sociais no direito: temas controversos. A Justiça. O direito à vida e à morte. O Sistema prisional. Violência e criminalidade no cinema. O Direito empresarial no cinema. O direito à igualdade. A família e seus reflexos jurídicos no cinema. O meio ambiente e sua proteção abordados no cinema. O Direito administrativo no cinema. O Direito do Trabalho e seu tratamento cinematográfico. Direito e internet através do cinema. Cinema e Direitos Humanos.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA: CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 10ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 11ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. COMPLEMENTAR: GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Direito, literatura e cinema: inventário de possibilidades. São Paulo: Quartier Latin, 2012. ISBN: 978-8576745600 VILLEY, Michel. O Direito e os direitos humanos. São Paulo: Martins Fontes.		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

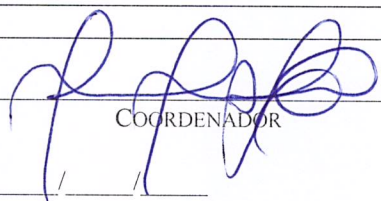


UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS


COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO ELEITORAL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
A partir do conhecimento do Direito Eleitoral material, o aluno deve ser capaz de analisar as instituições políticas brasileiras e sua legitimidade, bem como estabelecer propostas para a efetivação dos comandos constitucionais e legais, além de ser capaz de apresentar respostas possíveis para questões fáticas no âmbito eleitoral.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Direito Eleitoral: conceito, objeto, fontes e história. Sistemas eleitorais comparados. Aspectos teóricos do sufrágio e tipologia. Direito eleitoral Brasileiro: princípios e normas constitucionais referidas, legislação vigente e sistema de justiça eleitoral. Condições legais para o sufrágio ativo. Alistamento. Candidatura. Garantias eleitorais. Campanha política. Organização dos partidos políticos. Realização das eleições. Apuração dos votos e diplomação dos eleitos. Recursos e crimes eleitorais.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA: <i>Alvim, Frederico Franco. Curso de Direito Eleitoral. 2 ed. São Paulo: Juruá, 2016.</i> <i>GOMES, José Jairo Gomes. Direito Eleitoral. 13. ed. São Paulo; Editora Atlas, 2017.</i> <i>CASTRO, Edson de Resende. Curso de Direito Eleitoral. 8 ed. São Paulo: Del Rey, 2016.</i>		
COMPLEMENTAR: <i>CERQUEIRA, Thales Tácito. Direito Eleitoral esquematizado. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</i> <i>Fux, Luiz; Frasão, Carlos Eduardo. Novos paradigmas do Direito Eleitoral. São Paulo: ed. Fórum, 2016. Gobatto Junior, Ivo. Inelegibilidades: comentários e reflexões. São Paulo: Exterior Editora, 2016.</i>		



COORDENADOR

DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



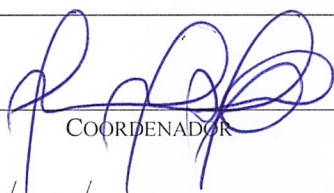
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

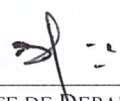
COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
MOBILIDADE INTERNACIONAL I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: 30H PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Proporcionar o aproveitamento de conteúdos variados relativos ao Direito em Programa de Mobilidade Internacional.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Conteúdo variável envolvendo temas relativos ao Direito.		
BIBLIOGRAFIA		



COORDENADOR

DATA ____/____/____

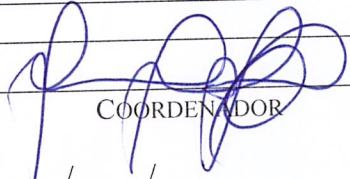


CHEFE DE DEPARTAMENTO

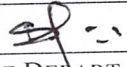
DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
MOBILIDADE INTERNACIONAL II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Proporcionar o aproveitamento de conteúdos variados relativos ao Direito em Programa de Mobilidade Internacional.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Conteúdo variável envolvendo temas relativos ao Direito.		
BIBLIOGRAFIA		

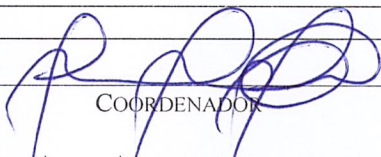


 COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____



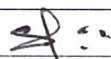
 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
MOBILIDADE INTERNACIONAL III		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: 30H PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Proporcionar o aproveitamento de conteúdos variados relativos ao Direito em Programa de Mobilidade Internacional.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Conteúdo variável envolvendo temas relativos ao Direito.		
BIBLIOGRAFIA		



 COORDENADOR

DATA ____ / ____ / ____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____ / ____ / ____



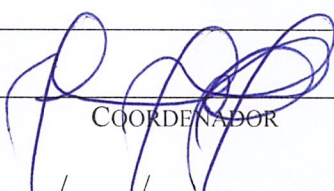
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



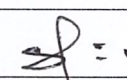
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
MOBILIDADE INTERNACIONAL IV		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: 30H PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Proporcionar o aproveitamento de conteúdos variados relativos ao Direito em Programa de Mobilidade Internacional.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Conteúdo variável envolvendo temas relativos ao Direito.		
BIBLIOGRAFIA		

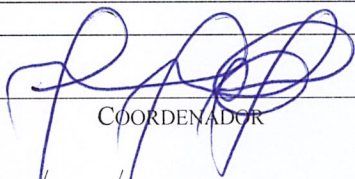


COORDENADOR
DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO
DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ORATÓRIA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: 30H PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Desenvolver autoconfiança através da oratória. Aperfeiçoar sua imagem pessoal, postura, gestos, voz e dicção. Aprender, através da argumentação, a falar em público e de improviso (oratória dinâmica), bem como a participar de debates e discussões.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS: Quebrando a inibição: o estar bem individual, como controlar as emoções e o medo de falar em público, trabalhando a criatividade e o improviso, princípios básicos da comunicação: apresentar, saber ouvir, partilhar, defender e debater ideias, refletir sobre tomada de decisão. TEORIA E PRÁTICA DA ORATÓRIA: Introdução à história da oratória, introdução à Teoria da Comunicação, a linguagem eficaz, a linguagem não verbal: o gesto e a voz, o comunicador como ator de si mesmo, recursos para atuar, relação positiva com o público: estudo do público alvo, o que o público vê: presença, expressão facial, postura, gestos e movimento, o que o público ouve: voz, pronúncia, volume, velocidade e ritmo. COMO PREPARAR UM DISCURSO OU INTERVENÇÃO: Selecionar e ordenar ideias, abertura e finalização do discurso, como elaborar esquemas, formas de apresentação, manejo de perguntas e respostas, estrutura das intervenções. COMO PERSUADIR: Princípios da apresentação persuasiva, formas de intervenções persuasivas, as razões, as emoções e os benefícios, como usar a emoção para motivar, como apresentar o discurso de maneira convincente, reações do público diante do discurso persuasivo. ARGUMENTAÇÃO: Como argumentar, como usar as provas e os argumentos, estrutura do discurso para defender ideias, como apresentar os argumentos, como defender argumentos próprios, estratégias de ataque e defesa, comunicação assertiva e negociação.		
BIBLIOGRAFIA		
PERELMAN, Chaim; Olbrechts-tyteca, Lucie. Tratado da Argumentação - A Nova Retórica - Col. Biblioteca Jurídica W M F – 3. eEd. São Paulo: Martins Fontes, 2014.		
POLITO, Reinaldo. Oratória para advogados e estudantes de Direito . São Paulo: Benvirá, 2008.		



COORDENADOR

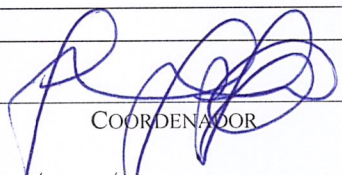
DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

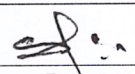
DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
PSICOLOGIA JURÍDICA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Psicologia Jurídica. Interdisciplinaridade: Âmbito de Abrangência nas diferentes áreas do Direito - Interdisciplinaridade. Esfera Criminal, Cível, Infância e Juventude e Direito de Família. Desenvolvimento da Personalidade Humana. Provas, Perícias e Avaliações Psicológicas.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
A PSICOLOGIA. Histórico da Psicologia e principais escolas (Psicanálise, Behaviorismo, Gestalt e Existencial Humanista). Emergência da Psicologia Jurídica. Atualidades da Psicologia Jurídica no Brasil. DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DO SUJEITO. Visão da psicanálise. Visão behaviorista. Visão da Gestalt e da Existencial humanista. PERSONALIDADE. A personalidade em interação social. Socialização e a formação de subjetividades. Normalidade e transtornos de comportamentos. Principais destaques: transtornos de ajustamento comportamental, psicopatias, esquizofrenias. APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO JURÍDICO. Homem e comportamento: a integração entre a Justiça e a Psicologia a partir das necessidades disciplinares. A Psicologia e o Direito: relações e formas de comunicação implícita e explícita. A psicologização dos discursos e das práticas jurídico-judiciais. A PSICOLOGIA E SUA INTERFACE COM SETORES DO DIREITO. Psicologia Jurídica e Direito Civil. Psicologia Jurídica e Infância e Juventude. Psicologia Jurídica e Idoso. Psicologia Jurídica e Gênero e Grupos LGBT. Psicologia Jurídica, Criminologia, Direito Penal e Lei das Execuções Penais. Provas periciais, perícias e avaliações psicológicas e sua importância no processo.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA PAULO, Beatrice Marinho. Psicologia na prática jurídica: a criança em foco . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. PINHEIRO, Carla. Coleção Direito vivo: psicologia jurídica . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. COMPLEMENTAR: PALOMBA, Guido Arturo. Perícia na Psiquiatria Forense . São Paulo: Saraiva, 2016.		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____

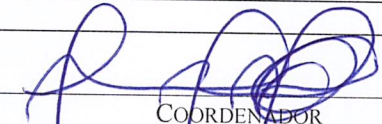


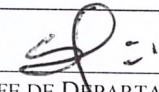
 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

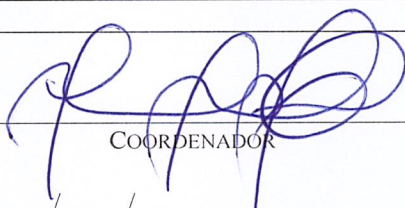


FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 HORAS TEÓRICA: X PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Propiciar ao acadêmico o aprofundamento do estudo da História do Direito no Brasil.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
A presente disciplina se destina a abordar a constituição inicial do Judiciário, da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal nos anos que logo se seguiram à proclamação da República. As linhagens liberais do Império, que se confundiam sob o signo liberal, agrupavam-se durante os primeiros meses ou anos republicanos, mas as características distintivas logo apareceram. Neste sentido, a disciplina concentrar-se-á nos debates em torno do Poder Judiciário e a suas primeiras conformações, focando a sua atenção para o papel do Supremo Tribunal Federal como parte integrante da estabilização do regime e equilíbrio do sistema político (Executivo, Legislativo e Judiciário) da recém proclamada República.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: FONSECA, Ricardo Marcelo. Introdução Teórica à História do Direito. 1ª Edição, Curitiba: Juruá Editora, 2009. LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História: Lições Introdutórias. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014. WOLKMER, Antônio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito. 8ª Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. Complementar: CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito: Geral e Brasil. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2017. LOPES, José Reinaldo de Lima, ACCA, Thiago dos Santos, QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Curso de História do Direito. 3ª Edição. Editora Elsevier e Método, 2013. HESPANHA, Antonio Manuel. Cultura Jurídica Europeia; síntese de um milênio. Rio de Janeiro: Almedina, 2012. KOERNER, Andrei. Judiciário e Cidadania na construção da República brasileira. 2ª Edição. Curitiba: Juruá, 2010. WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015.		


 COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____


 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO () ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DEONTOLOGIA JURÍDICA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Proporcionar uma visão ampla sobre a ética e a deontologia, bem como sua importância na atuação profissional dentro do campo do Direito em suas mais diversas profissões		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Ética e Direito: Princípios filosóficos e éticos. A Ética profissional no âmbito das profissões jurídicas. Ética, Direitos Humanos e a Atuação Profissional no Direito. A Ordem dos Advogados do Brasil – Estatuto da Advocacia e Código de Ética: Código de Ética e a Atuação Profissional em Geral; Conduta Ética do Advogado no Processo; Deveres e Proibições na atuação profissional do Advogado; Processo Disciplinar na Ordem dos Advogados; Responsabilidade Civil e Criminal do Advogado. Ética profissional nas outras profissões jurídicas		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BRASIL. Lei 8906 de 4 de julho de 1994. Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil BRASIL. Resolução n 02 de 4 de novembro de 2015 da OAB. Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil BRASIL. 68ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça de 06 de agosto de 2008. Código de Ética da Magistratura Nacional COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica – Ética das Profissões Jurídicas; Rio de Janeiro: Forense, 4ª Ed. 2013 MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. Comentários ao Código de Ética e Disciplina da OAB; Rio de Janeiro, 1ª Ed. 2016 SIMON, William H. A Prática da Justiça; São Paulo: Martins Fontes, 1ª Ed. 2001 Complementar: BENNETT, Walter. O Mito do Advogado; São Paulo: Martins Fontes, 1ª Ed. 2005 VANDEVELDE, Kenneth J. Pensando como um Advogado; São Paulo: Martins Fontes, 2ª Ed. 2004 GORDON, Robert W. Why Lawyers Can't Just Be Hired Guns in RHODE, Deborah L. Ethics in Practice: Lawyers' Roles, Responsibilities, and Regulation. New York: Oxford University Press 1st Ed. 2000		

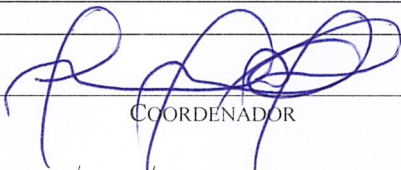

 COORDENADOR

DATA ____/____/____

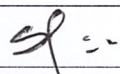

 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO () ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
SOCIOLOGIA DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E JUDICIÁRIAS		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA ()	OPTATIVA (X)	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Apresentar aos alunos conceitos e teorias que embasam o estudo acerca das Instituições Jurídicas. Compreender algumas condições sociais e teóricas que contribuíram para o desenvolvimento de uma Sociologia dos Tribunais. Compreender as interseções entre o Direito e as Ciências Sociais. Permitir a construção de um pensamento crítico acerca das instituições políticas e judiciárias.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Sociologia dos Tribunais: condições sociais e teóricas. Acesso à Justiça. A administração da Justiça enquanto instituição política e profissional. Conflitos sociais e mecanismos de resolução de conflitos. Direito Alternativo e Uso Alternativo do Direito. Pluralismo Jurídico. Judicialização da política e das relações sociais. Politização da Justiça. Ritualística forense.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: CAPPELLETTI, Mauro. GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. SANTOS, Boaventura de Sousa. A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça. In: _____. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995, p. 161-186. VIANNA, Luiz Werneck <i>et alli.</i> (org.) A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999. Complementar: BONELLI, Maria da Gloria. A competição profissional no mundo do Direito. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 185-214, 1998. GARAPON, Antoine. Bem julgar: Ensaio sobre o ritual do Judiciário. Trad. de Pedro Felipe Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, 1997 GUANABARA, Ricardo. Visões alternativas do direito no Brasil. Revista de Estudos Históricos, n. 18, 1996. SADEK, Maria Tereza (org.). Acesso à justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. SANTOS, Boaventura de Sousa. O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.		

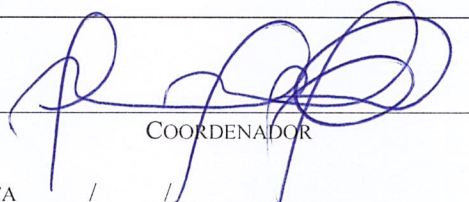


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO () ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO E RELAÇÕES DE GÊNERO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: 30H PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA () OPTATIVA (X) AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Apresentar aos alunos as questões jurídicas, sociológicas e antropológicas que se encontram atualmente na pauta dos estudos de gênero. Apresentar algumas discussões que embasam as teorias feministas do direito. Analisar os debates acerca das relações entre gênero e Poder Judiciário. Apresentar aos alunos casos concretos que permitam um debate acerca das relações entre gênero e direito.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Gênero, espaço público e espaço privado. As lutas das mulheres por direitos. Os documentos legislativos da ONU e da OEA. O direito positivo brasileiro e as questões de gênero. As novas demandas do feminismo. Teorias feministas do Direito. Ações afirmativas de gênero. Gênero e Poder Judiciário.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Estudos Feministas. Florianópolis, 16 (2), p. 305-332, mai/ago. 2008. OLSEN, Frances. El sexo del derecho. In: KAIRYS, David. The Politics of Law. Nueva York: Pantheon, 1990, pp. 452-467. Traducción de Mariela Santoro y Christian Courtis. SMART, Carol. La teoría feminista y el discurso jurídico. In: BIRGIN, H. El derecho en el género y el género en el derecho. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 31-71, 2000. Complementar: BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista.” In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001, pp. 245-282. SEVERI, Fabiana Cristina. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. Direito & Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 81-115, 2016. VARGAS, Joana Domingues. Crimes sexuais e sistema de justiça. São Paulo: IBCCRIM, 2000. YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001, p. 365-386.		



COORDENADOR

DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____